

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE DORES RIO PRETO

DESOBRIGAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO  
ESTUDO DE VIABILIDADE FINANCEIRA DO PLANO DE CUSTEIO E DO  
RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS HIPÓTESES

Conforme Art. 68 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, deverão ser encaminhados, pelos entes federativos, em atendimento ao previsto no parágrafo único do art. 9 da Lei nº 9.717, de 1998, documentos e informações atuariais relativos ao RPPS.

Entre as documentações exigidas, estão o Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, regulamentado pela Instrução Normativa SPREV nº 10, de 21 de dezembro de 2018, e Relatório de Análise das Hipóteses, regulamentado pela Instrução Normativa SPREV nº 09, de 21 de dezembro de 2018.

A **obrigatoriedade de entrega** dos relatórios citados, para o Regime Próprio de Previdência Social de DORES DO RIO PRETO, identificado como **Perfil Atuarial III** será em 31/07/2023, em razão da Nota SEI nº 4/2020/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME que trata dos parâmetros, procedimentos e demais orientações acerca das avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social para o exercício 2020, e do tratamento quanto aos critérios para redução do plano de custeio estabelecidos no art. 65 da Portaria MF nº 464, de 2018, em decorrência das alterações trazidas pela EC nº 103, de 2019, das medidas possibilitadas pela Instrução Normativa nº 07/2018, além dos reflexos da Portaria SPREV nº 14.816, de 2020, decorrente da regulamentação da Lei Complementar nº 173, de 2020, conforme o item 32. e item 52, abaixo descritos:

*“Item 32. O Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio.....Esse demonstrativo servirá para avaliar a capacidade de execução do plano de custeio proposto na avaliação atuarial, a partir dos critérios definidos na Instrução Normativa nº 10, de 2018.*

Conforme comentado anteriormente, a exigência deste Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, cuja vigência seria a partir de 2020 para o “Perfil Atuarial I”, será postergada para o DRAA de 2021, a exigência para o “Perfil Atuarial II” que seria junto com o DRAA DE 2021, será postergada para o DRAA de 2022, e assim sucessivamente.

Item 52. Ainda quanto ao prazo e a periodicidade de envio do referido relatório, conforme art. 8º da Instrução Normativa nº 09, de 2018, os RPPS enquadrados como Perfil Atuarial “I” deveriam encaminhá-lo a cada 4 (quatro) anos, tendo sido previsto seu envio até 31 de julho de 2020, tratando-se da avaliação atuarial posicionada em 31 de dezembro de 2019. Contudo, conforme comentado anteriormente, a exigência deste Relatório de Análise das Hipóteses será postergada para 31 de julho de 2021, para o Perfil Atuarial I. A exigência para o Perfil Atuarial “II”, por seu turno, será postergada para 31 de julho de 2022, e assim sucessivamente”

Desta forma, declaramos que o Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio e o Relatório de Análise das Hipóteses ora solicitados deverão ser elaborados a partir da data base 31/12/2022 e entregues em 31/07/2023.

Atenciosamente,

Mairiporã, 01 de março de 2022

---

**Felix Orlando Villalba**  
Atuário Técnico Responsável  
MIBA 1906

---

**Eduardo Pereira dos Santos**  
Advogado Diretor  
OAB/SP nº 411.646